

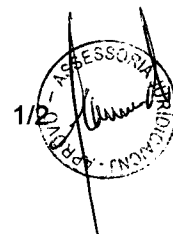


Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Termo de Adesão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre ao Termo de Cooperação Técnica n. 008/2014, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, a Corregedoria Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho da Justiça Federal, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o Superior Tribunal Militar, a Corregedoria da Justiça Militar da União e o Tribunal de Contas da União. (Processo CNJ n. 351.419).

O **Tribunal de Justiça do Estado do Acre**, com sede na Rua Tribunal de Justiça, s/nº, Via Verde, CEP 69.920 – 193 – Centro Administrativo, na Cidade de Rio Branco, CNPJ nº 04.034.872/0001 – 21, neste ato representado por seu presidente, **Desembargador Roberto Barros dos Santos**, RG nº 0243858-SSP/AC e CPF nº 588.540.962-53, no das suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**, por meio do presente instrumento, aderir ao **Termo de Cooperação Técnica n. 008/2014**, celebrado entre o **Conselho Nacional de Justiça**, a **Corregedoria Nacional de Justiça**, o **Superior Tribunal de Justiça**, o **Conselho da Justiça Federal**, a **Corregedoria-Geral da Justiça Federal**, o **Superior Tribunal Militar**, a **Corregedoria da Justiça Militar da União** e o **Tribunal de Contas da União**, para o aperfeiçoamento e a manutenção do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, bem como a observância, quantos aos órgãos da justiça, do disposto nos artigos 3º e 7º da Resolução 44, de 20 de novembro de 2007, alterada pela Resolução 172, de 8 de março de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, oportunidade em que se compromete a cumprir os seus objetivos, na forma e nas condições estabelecidas em suas cláusulas.



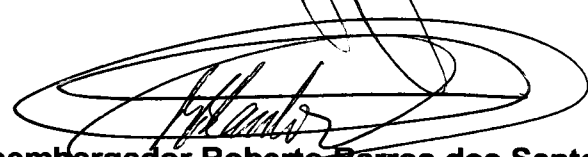
O CNJ providenciará a publicação deste Termo de Adesão, em extrato, no Diário de Justiça Eletrônico.

E por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente Termo de Adesão, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Brasília, 10 de junho de 2014.



Ministro Joaquim Barbosa
Presidente do Conselho Nacional de Justiça



Desembargador Roberto Barros dos Santos
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre